UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
CENTRAL DE CONCURSOS E VERIFICAÇÕES - CCV
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
Edital Nº 01/2025

Auditor

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta esferográfica de tubo transparente e documento de identidade.** Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Legislação e de 21 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito, conforme subitem 13.16 do Edital.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2026.

Inscrição

Sala

Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe. Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim. Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem 1 ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: "A menina…. A menina…. Quebrou".

Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina estava aterrorizada. "A menina… A menina…" Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio a tanta gente. Uma garota, de uns 10, 12 anos, talvez, com uma perna engessada. "Quebrou…" Catarina repetia. "A menina… quebrou."

Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da garota, para que Catarina pudesse ver que ela parecia bem, e que os amigos se divertiam escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de madrinha: "A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a ser como antes". Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não acreditava. Ficamos nos encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez intuísse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram, você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas, em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem.

E, Catarina, você tem toda a razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que você fará. (...)

Adaptado de: BRUM, Eliane. A menina quebrada. Revista Época. 28/01/2013. Disponível em <http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-menina-quebrada/>. Acesso em 18 jan. 2026.

01. Da leitura do texto, é correto afirmar que:

A) as pessoas precisam aprender a lidar com as marcas que ficam depois que elas quebram.
B) assim como a menina quebrada, Catarina um dia também irá fraturar uma perna ou um braço.
C) algumas pessoas não quebram porque são poderosas o suficiente para controlar o curso da vida.
D) o fato de que não voltarmos a ser como antes depois de quebrar revela nossa incapacidade de superação.

02. No trecho "Eu havia acabado de segurá-**la** para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim." (linha 02), o termo em destaque refere-se a:

A) uma bebê recém-nascida.
B) uma criança mais velha.
C) a afilhada da narradora.
D) a menina quebrada.

03. No trecho "Era mais uma **denúncia**" (linha 15), a palavra que, caso substituísse o termo destacado, melhor conservaria seu sentido seria:

A) incriminação.
B) indagação.
C) negação.
D) asserção.

04. Assinale a alternativa que ordena os termos do geral para o particular.

A) mãe (linha 01) / bebê (linha 01).
B) bebê (linha 06) / Catarina (linha 06).
C) menina (linha 07) / criança (linha 04).
D) perna (linha 29) / membros (linha 30).

05. Sobre a organização do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que ele se desenvolve preferencialmente a partir:

A) do confronto entre as ideias da autora e de sua afilhada sobre uma garota.
B) do detalhamento da ideia expressa no tópico frasal sobre o grito da menina.
C) da comparação entre as brincadeiras da menina e as das crianças mais velhas.
D) da explicação dos adultos sobre a situação da garota que tinha a perna engessada.

06. Assinale a alternativa em que o advérbio destacado, apesar da mudança de posição, continua modificando o mesmo elemento sobre o qual incide no trecho: "Uma garota, de uns 10, 12 anos, **talvez**, com uma perna engessada" (linha 12-13).

A) **Talvez**, uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
B) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna, **talvez**, engessada.
C) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada, **talvez**.
D) Uma garota, **talvez** de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.

07. No início do texto, a autora nos revela uma grande descoberta que impacta sua afilhada. Entre os recursos utilizados para expressar a surpresa da menina com sua descoberta, pode ser apontado (a):

A) O uso de reticências na representação da fala da menina.
B) A descrição da festa de que as personagens participavam.
C) A observação de que a menina tinha um sono de qualidade.
D) O uso do pretérito imperfeito na descrição das ações da menina.

08. Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está conjugado no mesmo tempo e modo verbal que o destacado no trecho: "O que eu **poderia** dizer a você, Catarina?" (linha 27).

A) "Eu **havia** acabado de segurá-la..." (linha 02).
B) "...alguém que ainda **precisava** se esforçar..." (linha 10).
C) "...as mentiras não **cessariam**." (linha 26).
D) "A verdade você já **sabia**..." (linha 27).

09. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque exerce a mesma função sintática que a destacada no trecho: "Catarina estava **aterrorizada**." (linhas 10-11).

A) "... Catarina é **um bebê** com olheiras ..." (linha 06).
B) "...ela enrijeceu **o corpo**..." (linha 07).
C) "... **tudo isso** eu já tinha ouvido de sua boca bonita." (linhas 08-09).
D) "Nos aproximamos **da garota**..." (linhas 16-17).

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo **que** classifica-se do mesmo modo que no trecho: "Comemorávamos a vinda de um bebê **que** ainda morava na barriga da mãe." (linha 01).

A) "Eu havia acabado de segurá-la para **que** ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim." (linha 02).
B) "...esperar de alguém **que** ainda precisava se esforçar para falar frases completas." (linha 10).
C) "quando espera **que** eu esclareça alguma novidade do mundo." (linhas 14-15).
D) "Catarina pudesse ver **que** ela parecia bem" (linha 17).

Legislação

11. Os Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 caracterizam-se por sua natureza estruturante do Estado brasileiro. Assinale a alternativa correta.

A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
B) O princípio da separação dos Poderes integra apenas a Organização do Estado, não sendo considerado princípio fundamental.
C) Os princípios fundamentais possuem caráter meramente programático e não produzem efeitos jurídicos diretos.
D) A prevalência dos direitos humanos é princípio exclusivo das relações internas do Estado brasileiro.

12. No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

A) Os Municípios não integram a Federação.
B) O Distrito Federal possui Constituição própria.
C) Os Estados podem incorporar-se entre si não podendo, contudo, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.
D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

13. Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:

A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

C) O Código de Ética não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão.

D) O servidor pode omitir informação quando entender conveniente ao interesse pessoal.

14. Segundo o que determina o Estatuto da Universidade Federal do Ceará pode-se afirmar que:

A) A autonomia universitária compreende: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

B) Comporá o Conselho Universitário dois representantes das coordenações dos cursos de graduação, escolhidos, com os suplentes, dentre os respectivos coordenadores, sob a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação.

C) A organização e o funcionamento da Universidade rege-se apenas pelas disposições constantes do Estatuto e do Regimento Geral e pelos regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral.

D) A Universidade organizar-se-á com observância ao princípio da reserva legal.

15. Segundo o Regimento Geral da UFC, está correto o que se afirma em:

A) Os órgãos colegiados superiores exercem, primordialmente função julgadora.

B) Os colegiados deliberativos da Universidade reunir-se-ão ordinariamente, pelo menos 01 (Uma) vez por semestre, na forma do que seja previsto em regimento ou em normas próprias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, respeitados os casos especiais previstos no Estatuto e no Regimento Geral da UFC.

C) A hora-crédito não poderá alcançar menos de 50 (cinquenta) minutos de trabalho efetivo, podendo a Universidade determinar, mediante normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que a sua duração ultrapasse esse limite em atividade de laboratório, de biblioteca, de campo e em outras que venham a ser previstas.

D) O ano letivo regular inicia-se em fevereiro e estender-se-á até janeiro do ano seguinte, não podendo nele as atividades escolares ocuparem menos de 100 (cem) dias de trabalho efetivo, excluindo o tempo reservado a exames finais.

16. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjsh Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação a:

A) Tráfico Internacional de Crianças e Adolescentes.

B) Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

C) Programa Trabalho Justiça e Cidadania.

D) Direito dos Animais.

17. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Para os fins do Decreto Nº 4.377 de 13 de setembro de 2002, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

B) No Decreto Nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.

C) A Convenção 169 da OIT, conhecida como Convenção sobre povos indígenas e tribais de 1989, estabelece que esses povos terão o direito de manter seus costumes e instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais previstos no sistema jurídico nacional e com direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para a solução de conflitos que possam ocorrer na aplicação desse princípio. A presente Convenção será vinculante para todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho.

D) Reza o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que para a obtenção dos seus fins, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada no princípio do benefício reciproco, assim como do direito internacional. Em nenhum caso, se poderá privar um povo dos seus próprios meios de subsistência.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

B) Os concursos públicos podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, mas essa restrição só é admitida quando a função demanda alta capacidade física ou de risco.

C) As empresas privadas não podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, salvo quando a natureza da atividade, de forma técnica e indiscutível, justificar a limitação.

D) É vedado ao Poder Público criar ou incentivar a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais, por se tratar tal incentivo uma forma disfarçada de discriminação etária.

19. Assinale a alternativa correta.

A) A pessoa com espetro autista não é considerada pessoa com deficiência na legislação brasileira, nos termos da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.

B) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, exceto quando há exigência de aptidão plena.

C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

D) A lei instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. A utilização do símbolo dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, eventualmente solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente, pois tal exigência descredibiliza a pessoa com deficiência, caracterizando, assim, discriminação.

20. Assinale a alternativa correta.

A) O Decreto Nº 12.122, DE 30 DE JULHO DE 2024 institui Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, coma finalidade de enfrentar todas as formas de violências decorrentes das relações de trabalho, em especial o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, por meio de:

I. ações coordenadas de prevenção do assédio e da discriminação, por intermédio de estratégias educativas que abordem a formação e a sensibilização de agentes públicos;
II. gestão humanizada nos espaços institucionais, físicos ou virtuais;
III. avaliação permanente do ambiente organizacional para assegurar que as ações coordenadas de prevenção de que trata o inciso I promovam as mudanças desejadas;
IV. destinação de espaços e criação de mecanismos para promover o acolhimento, a escuta ativa, a orientação e o acompanhamento das pessoas afetadas por assédio e discriminação;
V. proteção às pessoas denunciantes contra ações praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar;
VI. garantia do sigilo dos dados pessoais dos envolvidos nas denúncias em relação a terceiros, até a instauração formal do processo;
VII. procedimentos administrativos disciplinares que resguardem a vítima, em todas as suas fases, com vistas a evitar a revitimização; e
VIII. estruturação de instâncias que garantam a efetividade do Programa, com vistas a promover a integração entre as ações dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, parágrafo único.

B) A Lei Nº 14.540 de 3 de abril de 2023 institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. O Programa aplica-se a todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.

C) Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

D) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, mesmo que para esse fim tenha de utilizar o patrimônio comum do casal, nos casos de coabitação da vítima com o agressor. Entretanto, os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo Estado.

21. O Sistema de Controle Externo Brasileiro possui suas bases legais assentadas na Constituição Federal de 1988. Acerca do tema, é correto afirmar:

A) É juridicamente possível que determinado gestor público tenha suas contas julgadas irregulares por um Tribunal de Contas e, posteriormente, reapreciadas pelo Poder Legislativo competente, passando a ser consideradas regulares.

B) O TCU, mesmo constatando a existência de irregularidade em algum contrato celebrado entre a Administração Pública e terceiros, não pode sustá-lo de forma imediata com vistas a impedir o agravamento dos possíveis prejuízos causados.

C) É de responsabilidade dos Tribunais de Contas brasileiros, sendo que, no âmbito federal, essa função é exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e, nos estados, pelos Tribunais de Contas dos Estados e, quando existentes, pelos Tribunais de Contas dos Municípios ou do município.

D) O julgamento das contas dos chefes de Poder e de órgãos é realizado pelo Tribunal de Contas competente. No caso de um determinado estado da federação, também envolve os demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

22. Define-se como a medida da quantidade da evidência de auditoria, que é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção ou de irregularidade relevante e pela qualidade da evidência de auditoria:

A) Suficiência
B) Materialidade
C) Irregularidade
D) Desvio de conformidade

23. Suponha que determinada unidade de auditoria do Poder Executivo Federal tenha conhecimento da existência de indícios de irregularidade materialmente relevantes na execução de um contrato administrativo, sem que haja, contudo, débito apurado. Nessa situação, o auditor deverá, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, além de comunicar o fato ao Controle Externo:

A) instaurar processo de tomada de contas especial.
B) autuar processo de tomada de contas referente ao respectivo exercício financeiro.
C) deixar de adotar qualquer outra providência, tendo em vista a inexistência de débito apurado.
D) aguardar manifestação do Tribunal de Contas da União, que determinará a realização de audiência dos responsáveis envolvidos.

24. *Situação hipotética:* um cidadão encaminhou denúncia ao Sistema de Auditoria do Governo Federal noticiando a existência de suposto sobrepreço em obra pública executada pela Universidade X. A denúncia foi encaminhada à universidade, que determinou a instauração de processo administrativo para apuração dos fatos. De acordo com os elementos apurados, a Construtora Y teria oferecido vantagem indevida ao chefe da área de engenharia da universidade, que estava na condição de ordenador de despesas, com a finalidade de viabilizar pagamentos em desacordo com o cronograma físico-financeiro previsto no edital de licitação, mediante atestes irregulares em boletins de medição. Considerando as normas vigentes de auditoria governamental e o processo de prestação e tomada de contas, devem ser considerados responsáveis:

A) o dirigente máximo da universidade, o auditor interno, o chefe da engenharia e o chefe da licitação.

B) o dirigente máximo da universidade, o auditor interno, o chefe da engenharia, o chefe da licitação e o(s) dirigente(s) da empresa envolvida.

C) o dirigente máximo da universidade, o chefe da engenharia e o(s) dirigente(s) da empresa envolvida.

D) o dirigente máximo da universidade, o chefe da engenharia, o chefe da licitação e o(s) dirigente(s) da empresa envolvida.

25. *Situação hipotética:* em determinada Universidade Y, a unidade de auditoria interna se encontra administrativamente subordinada ao reitor. À luz da legislação vigente, essa forma de vinculação administrativa deve ser considerada:

A) regular.
B) irregular, uma vez que a unidade de auditoria interna deveria vincular-se à Controladoria-Geral da União.
C) irregular, devendo a unidade de auditoria interna vincular-se ao conselho de administração ou órgão equivalente.
D) irregular, tendo em vista que, nas universidades federais, as unidades de auditoria interna são consideradas autônomas.

26. *Situação hipotética:* auditoria interna de determinada Universidade Z, em razão do excesso de demanda de trabalho, solicitou ao seu dirigente máximo a contratação de auditoria independente para auxiliá-la na análise de processos de tomada de contas especial, instaurados por determinação do Tribunal de Contas da União. À luz da legislação vigente, essa contratação:

A) deve ser considerada regular, desde que demonstrada a impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente pela Secretaria Federal de Controle Interno ou pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno.
B) deve ser considerada irregular, tendo em vista a inexistência de previsão legal para a contratação de auditoria independente nessa hipótese.
C) deve ser considerada irregular, em razão da natureza dos serviços desenvolvidos pelos auditores governamentais serem considerados exclusivos de servidores públicos.
D) deve ser considerada irregular, uma vez que as entidades da administração pública federal indireta não dispõem de autorização legal para esse tipo de contratação.

27. *Situação hipotética:* determinado departamento da Universidade Federal do Ceará (UFC) realizou concurso público para provimento de cargo de professor efetivo, composto por provas e títulos, no qual três candidatos foram aprovados e um candidato foi reprovado. Inconformado com o resultado, o candidato reprovado solicitou ao departamento responsável pelo concurso o acesso à prova escrita do candidato Z, um dos aprovados, sob a alegação de suspeita de favorecimento por parte da banca examinadora. O pedido foi indeferido pela unidade responsável. Em sede de pedido de reapreciação, dirigido ao reitor, o processo foi encaminhado à auditoria interna para manifestação, com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nessa situação, a decisão a ser proferida pelo auditor deverá ser no sentido de que:

A) o documento seja franqueado pelo departamento, conforme orientação do auditor, tendo em vista que a informação requerida decorre de edital de concurso público custeado com recursos da União.
B) seja favorável ao candidato reprovado, tendo em vista que as informações relativas a concursos públicos possuem natureza pública, devendo a prova solicitada ser integralmente disponibilizada.
C) o pedido de acesso seja atendido, considerando que se refere a atividades exercidas por órgãos e entidades da administração pública.
D) o acesso à informação seja negado, por ausência de amparo legal, uma vez que se trata de informação pessoal, protegida nos termos da LAI.

28. Constitui princípio da boa governança aquele que se refere ao zelo esperado dos agentes de governança na definição de estratégias e na execução de ações voltadas à aplicação de recursos públicos, com vistas ao melhor atendimento dos interesses da sociedade:

A) responsabilidade.
B) accountability.
C) transparência.
D) integridade.

29. Os controles internos da gestão se baseiam no gerenciamento de riscos e integram o processo de gestão das organizações públicas. A respeito do tema, é correto afirmar:

A) os dirigentes máximos dos órgãos e entidades devem assegurar que procedimentos efetivos de implementação dos controles internos da gestão integrem suas práticas de gerenciamento de riscos.

B) os controles internos da gestão se confundem com as atribuições do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, razão pela qual dispensam formalização específica no âmbito das organizações públicas.

C) a adoção de instâncias de supervisão, como a segunda linha de defesa, é de natureza obrigatória para todos os órgãos da Administração Pública Federal, sendo exemplos o estabelecimento de comitês, diretorias ou assessorias específicas.

D) os controles internos devem ser implementados de forma circunstancial, o que auxilia os dirigentes máximos dos órgãos e entidades na adoção dos procedimentos necessários, incorporando-os às suas práticas de gerenciamento de riscos.

30. *Situação hipotética:* auditor da Universidade Federal do Ceará (UFC) decidiu realizar auditoria em planilhas orçamentárias apresentadas pela unidade de engenharia, destinadas à execução de obra no campus central. Após a solicitação do material, o auditor procedeu à análise de 67% dos itens constantes das planilhas, referentes a materiais e serviços, tendo consignado que o exame representava os valores mais significativos no relatório de auditoria. Em relação ao procedimento adotado, é correto afirmar que o auditor empregou a seguinte técnica de auditoria:

A) triangulação.

B) revisão analítica.

C) observação direta.

D) revisão documental.

31. *Situação hipotética:* a Universidade Federal do Ceará (UFC) construiu estrada de acesso a determinado distrito do município Z, destinada à fazenda experimental do curso de Agronomia. A obra foi regularmente licitada, tendo sido vencedora a empresa Honesto e Filhos Ltda. O valor contratado foi de R$ 1.500.000,00, a ser pago mediante a apresentação de boletins de medição, conforme previsto contratualmente. Após a assinatura do contrato e a emissão do empenho correspondente, a Unidade de Auditoria Interna da UFC recebeu denúncia segundo a qual o traçado da estrada teria beneficiado, de forma indevida, propriedade rural de morador da região. Designada equipe de auditoria para apuração dos fatos, não foram identificadas evidências materiais do suposto benefício. Contudo, um morador procurou a equipe e confirmou verbalmente a denúncia. Diante dessa situação, a equipe de auditoria deve adotar o seguinte procedimento:

A) reconhecer que toda prova testemunhal possui valor probatório pleno, bastando que a testemunha registre a declaração por escrito, assine-a e reconheça a firma em cartório.

B) desconsiderar a declaração do morador, uma vez que, em auditoria, provas de natureza testemunhal não possuem valor probatório, em razão de sua fragilidade.

C) exigir que a testemunha apresente evidências materiais que comprovem a informação prestada, sob pena de desconsideração integral da declaração.

D) receber a informação, reduzi-la a termo, e avaliá-la considerando a natureza intrínseca e limitada de seu valor probatório.

32. Constituem fases do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):

A) homologação; fase preparatória; fase recursal.

B) divulgação do edital de licitação; julgamento; adjudicação; homologação.

C) fase interna; apresentação de propostas e lances, quando for o caso; julgamento; recursos.

D) apresentação de propostas e lances, de forma obrigatória; homologação; adjudicação; contratação.

33. No Brasil, o ordenamento jurídico vigente prevê a elaboração de três leis orçamentárias — o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Parcela desses instrumentos começaram a ser previstos na legislação de direito financeiro, tiveram sua relevância ampliada pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No que se refere às disposições da LRF relacionadas às leis orçamentárias, é correto afirmar que:

A) houve sensível alteração das competências legislativas do PPA, a partir da edição da LRF.
B) embora a LRF tenha enfatizado o controle de custos no setor público, já existia previsão normativa equivalente e suficiente nesse aspecto na legislação brasileira de direito financeiro.
C) a LRF estabeleceu a obrigatoriedade de que a LDO disponha sobre alterações na legislação tributária, com o objetivo de ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre as finanças públicas.
D) a compatibilidade entre despesas se refere à conformidade destas às diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidos nos instrumentos de planejamento orçamentário, podendo ocorrer entre o PPA, a LDO e a LOA, desde que não haja infringência às suas disposições.

34. Um dos avanços relevantes do direito financeiro e fiscal brasileiro consiste na modernização da escrituração das contas públicas. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar:

A) A disponibilidade de caixa integrará o balanço financeiro, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória sejam devidamente identificados e contabilizados de forma individualizada.
B) As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou de assunção de compromissos junto a terceiros devem ser escrituradas de forma a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, especificando, no mínimo, o valor devido e a origem do crédito.
C) As demonstrações contábeis devem abranger, de forma isolada e consolidada, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excluídas as empresas estatais dependentes.
D) A demonstração das variações patrimoniais deverá evidenciar, de forma destacada, a origem e a destinação dos recursos decorrentes da alienação de ativos.

35. Acerca das diretrizes da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme disciplinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar:

A) possui previsão legal e compreende os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.
B) conterá a estimativa global dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia concedidos a pessoas físicas e jurídicas.
C) será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
D) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa vedação a autorização para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei.

36. A respeito da despesa pública, é correto afirmar:

A) Para fins fiscais, a despesa pública adota o regime de competência.
B) A inscrição de despesas em restos a pagar é considerada uma modalidade de despesa extraorçamentária.
C) A despesa pública apresenta, conforme a legislação financeira brasileira, as seguintes fases: fixação, programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento.
D) O reconhecimento da despesa orçamentária depende do reconhecimento da obrigação pelo ente público, sendo necessário o conhecimento do enfoque adotado, se orçamentário ou patrimonial. No orçamentário não depende da obrigação.

37. *Situação hipotética:* A Universidade Federal do Ceará (UFC) autorizou a contratação de serviços de reforma em diversas unidades acadêmicas de suas faculdades e centros. O contrato, regularmente licitado, foi firmado pelo valor total de R$ 2.500.000,00, com empenho na modalidade global, prevendo a realização de várias medições, cujo encerramento estava programado para o exercício X0. Ao longo do exercício, diversas medições foram realizadas e devidamente pagas. No entanto, em novembro de X0, data em que os serviços foram considerados concluídos, ainda remanescia um saldo de R$ 105.000,00, correspondente à última medição, cujo pedido de pagamento não foi apresentado pelo credor até o encerramento do exercício.
À luz da legislação financeira vigente, assinale a alternativa correta.

A) Deverá ocorrer a inscrição do saldo em restos a pagar processados, uma vez que o serviço foi executado e concluído no exercício.
B) O saldo remanescente deverá ser inscrito em restos a pagar não processados na data da conclusão dos serviços pelo credor.
C) O registro do saldo em restos a pagar ocorrerá de forma automática, independentemente de providências administrativas.
D) O pagamento do saldo remanescente deverá ser efetuado à conta de despesas de exercícios anteriores.

38. Os créditos orçamentários são mecanismos retificadores do orçamento que alteram a lei orçamentária anual durante a fase de execução (Manual de Planejamento e Orçamento Público, Nascimento e Viotto, 2022, Ed. Revista dos Tribunais). Considerando o tema, foi solicitada a abertura de crédito adicional suplementar e informadas as seguintes fontes referentes ao exercício em curso: ativo financeiro R$ 1.000,00 e passivo financeiro R$ 800,00 obtidos a partir do balanço patrimonial; montante de despesas que podem ser anuladas: R$ 1.550,00; foi arrecadada a quantia de R$ 800,00, havendo como tendência até o final do exercício do acréscimo de mais 50% desse valor; crédito especial aberto: R$ 1.200,00; montante de operações de crédito constante do orçamento aprovado R$ 300,00. O montante autorizado foi de:

A) 1.550,00
B) 1.750,00
C) 2.950,00
D) 3.250,00

39. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a auditoria operacional consiste no exame independente, objetivo e confiável destinado a avaliar se empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou organizações governamentais estão funcionando de acordo com os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Sobre o tema, é correto afirmar:

A) para a realização dessa modalidade de auditoria, se recomenda que o auditor utilize técnicas, como inspeção *in loco*, circularização e revisão analítica.
B) na técnica de triangulação, também denominada circularização, o auditor coleta dados provenientes de diferentes fontes acerca de uma mesma questão.
C) a análise de correlação entre variáveis é adequada na auditoria operacional quando se pretende avaliar o desempenho de determinada variável em relação a um critério, bem como para a avaliação de riscos e da representatividade da amostra em relação à população.
D) a análise de categorias constitui técnica qualitativa adequada à auditoria operacional, consistindo na classificação de trechos do conteúdo analisado em diferentes categorias de análise.

40. A competência para aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) da UFC cabe à/ao:

A) Reitor.
B) Auditor-geral.
C) Conselho Universitário.
D) Controladoria-Geral da União.

41. De acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) da Universidade Federal do Ceará (UFC), previsto para o exercício de 2026, é correto afirmar:

A) na análise da relação de processos passíveis de auditoria foi identificada como temática de maior relevância a gestão de aquisições e contratações, especificamente no que se refere às compras diretas.

B) inexiste, no âmbito da UFC, matriz de riscos institucional que contemple a totalidade dos processos organizacionais, razão pela qual a abordagem de gestão de riscos na universidade ainda se apresenta em estágio incipiente.

C) a UFC não adota o critério de materialidade para a avaliação de seus riscos, utilizando somente o critério de relevância, em razão do montante orçamentário gerido pela instituição em comparação com outras universidades federais.

D) o PAINT da UFC demonstra preocupação com a avaliação do grau de maturidade dos controles internos da universidade, adotando, para tanto, os seguintes níveis de classificação: incipiente, intermediário e avançado, de caráter exaustivos.

42. À luz das normas gerais de direito financeiro vigentes no país, consubstanciadas na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

A) Predomina o enfoque orçamentário em relação ao patrimonial, o que permite o reconhecimento dos créditos tributários no momento da ocorrência do respectivo fato gerador.

B) consagra expressamente o princípio da transparência orçamentária, o que tem possibilitado o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

C) não contempla, entre seus demonstrativos contábeis, a necessidade do registro de depreciação dos bens públicos, circunstância que impacta a adequada evidenciação do resultado patrimonial do setor público.

D) institui as denominadas receitas intraorçamentárias, que consistem em registros contábeis destinados a evitar a dupla contagem de recursos financeiros que transitam entre órgãos e entidades integrantes do mesmo ente governamental.

43. Acerca das características do modelo orçamentário adotado atualmente pelo ordenamento jurídico-financeiro brasileiro, é correto afirmar:

A) Permite o questionamento, a cada ciclo de elaboração orçamentária, das efetivas necessidades de financiamento de cada área da administração pública.

B) Busca promover o deslocamento do foco da atuação dos gestores públicos dos meios para os fins, sem desconsiderar a relevância daqueles na dinâmica do processo orçamentário brasileiro.

C) Consiste na mera agregação dos montantes estimados de receitas e despesas a serem realizadas, sob a ótica exclusiva do controle contábil e financeiro, sem consideração de aspectos gerenciais ou programáticos.

D) Baseia-se pela existência de uma espécie de "memória orçamentária", pela qual a peça orçamentária vigente incorpora, em grande medida, referências e estruturas de orçamentos anteriores, em razão da relativa estabilidade do conteúdo desses instrumentos, ou seja, boa parte das receitas e despesas são reproduzidas a partir de um ponto de partida.

44. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), também conhecida como LGPD, é correto afirmar:

A) A LGPD não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista do Governo Federal, em razão de seu caráter econômico e por serem regidas predominantemente por normas de direito privado.

B) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a execução de estudos por órgão de pesquisa, independentemente da anonimização dos dados pessoais.

C) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

D) O vício de consentimento não impede o tratamento de dados pessoais, desde que o consentimento seja validado pelo controlador.

45. *Situação hipotética:* Durante a execução de trabalho de auditoria, a equipe designada da UFC identificou situação não prevista no planejamento originalmente aprovado pelo supervisor e homologado pelo auditor-geral, mas relacionada ao objeto da auditoria. Considerando o planejamento realizado, a equipe decidiu não incluir a referida situação no relatório. Nessa situação, o procedimento adotado deve ser considerado:

A) incorreto, pois a equipe deveria submeter a situação identificada ao supervisor, solicitando a alteração do planejamento, cabendo a este a decisão final quanto à sua inclusão.
B) correto, devendo ser registradas apenas as informações consideradas suficientes e adequadas, à luz das evidências originalmente previstas no planejamento.
C) correto, uma vez que o planejamento foi elaborado com base na análise de custos e benefícios, não devendo ser alterado após sua aprovação.
D) incorreto, pois situações identificadas durante a execução dos trabalhos, a depender de sua relevância, materialidade ou risco, devem ser comunicadas no relatório, observados os atributos aplicáveis aos achados de auditoria.

46. *Situação hipotética:* Determinado departamento da UFC realizou processo seletivo para professor substituto, composto por prova escrita e prova de títulos. Compareceu ao certame apenas um candidato. Após a aplicação da prova escrita, a banca examinadora procedeu à correção, cujo resultado indicou nota inferior ao mínimo exigido para aprovação, fixado em 5,0 (cinco) pontos.

O candidato solicitou vista da prova e constatou que o documento continha apenas as notas atribuídas pelos avaliadores, sem qualquer explicitação dos critérios de avaliação, conforme segue: avaliador 1: 4,85; avaliador 2: 3,0; avaliador 3: 5,0, resultando na média final de 4,28, que ensejou sua reprovação.

Inconformado, o candidato interpôs recurso administrativo, com fundamento na Lei nº 9.784/1999 (lei do processo administrativo), alegando ausência de motivação quanto aos critérios adotados pela banca examinadora. O processo foi encaminhado para análise do auditor da UFC, que decidiu:

A) pela improcedência do recurso, sob o fundamento de inexistir interesse processual do candidato, por se tratar de ato administrativo discricionário inserido no mérito técnico da banca examinadora, insuscetível de controle no âmbito do processo administrativo.
B) pela improcedência do recurso, ao argumento de que a Lei nº 9.784/1999 não impõe à banca examinadora o dever de explicitar critérios qualitativos individualizados na correção de provas discursivas, sendo suficiente, para fins de validade do ato, a atribuição numérica da nota final.
C) pela procedência do recurso, em razão da ausência de motivação explícita quanto aos critérios utilizados pelos avaliadores, como determina a lei em comento.
D) pela procedência do recurso, com fundamento na invalidade do ato administrativo praticado, determinando sua revogação pela autoridade máxima da UFC, em razão de suposta inconveniência administrativa e quebra da confiança legítima do candidato.

47. *Situação hipotética:* Mensalmente, a Auditoria da UFC realiza procedimentos de verificação da folha de pagamento dos servidores da Universidade. Em exame por amostragem, os auditores constataram o pagamento indevido do montante de R$ 150.000,00 a determinado grupo de professores. Diante da constatação, os auditores orientaram a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGEP) a adotar as providências necessárias à restituição imediata dos valores, ante a ausência de amparo legal para os pagamentos realizados. Entretanto, conforme informação posteriormente prestada pela PROGEP, os valores não foram devolvidos pelos responsáveis. Concluídos os trabalhos de auditoria, o auditor responsável consignou em seu relatório a seguinte orientação:

A) comunicação imediata do fato ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que ele instaure a tomada de contas devida.
B) juntada do relatório de auditoria à prestação de contas anual da UFC, para fins de apreciação pelos órgãos de controle interno e externo.
C) recomendação para instauração de tomada de contas especial, por se tratar de procedimento de caráter obrigatório diante do fato apontado.
D) determinação à PROGEP para instauração de prestação de contas, de forma obrigatória, bem como comunicação ao TCU, nos termos da Constituição Federal.

48. A matriz de planejamento deve ser elaborada ao longo da etapa de planejamento com base nas informações preliminares levantadas (possível achado de auditoria, fonte de informação, informações requeridas, procedimento de auditoria etc.). Acerca da elaboração da referida matriz, concernente à auditoria em determinado contrato administrativo, é correto afirmar:

A) a discrepância entre o cronograma de execução físico-financeiro, boletins de medição e os pagamentos realizados pelo órgão constitui possível achado de auditoria; o contrato de prestação de serviços firmado entre o órgão e a construtora, os boletins de medição e o cronograma físico-financeiro configuram fonte de informação; os valores pagos e suas respectivas datas, quantitativos físico e percentuais previstos e executados correspondem às informações requeridas; a análise do cronograma físico-financeiro em confronto com os boletins de medição e pagamentos realizados caracterizam o procedimento de auditoria.

B) a discrepância entre o cronograma de execução físico-financeiro, boletins de medição e os pagamentos realizados pelo órgão constitui procedimento de auditoria; o contrato de prestação de serviços firmado entre o órgão e a construtora, os boletins de medição e o cronograma físico-financeiro configuram informações requeridas; os valores pagos e suas respectivas datas, quantitativos físico e percentuais previstos e executados correspondem às fontes de informações; e a análise do cronograma físico-financeiro em confronto com os boletins de medição e pagamentos realizados caracterizam possível achado de auditoria.

C) a discrepância entre o cronograma de execução físico-financeiro, boletins de medição e os pagamentos realizados pelo órgão constitui procedimento de auditoria; o contrato de prestação de serviços firmado entre o órgão e a construtora, os boletins de medição e o cronograma físico-financeiro configuram informações requeridas; os valores pagos e suas respectivas datas, quantitativos físico e percentuais previstos e executados correspondem ao possível achado de auditoria; e a análise do cronograma físico-financeiro em confronto com os boletins de medição e pagamentos realizados caracterizam fonte de informação.

D) a discrepância entre o cronograma de execução físico-financeiro, boletins de medição e os pagamentos realizados pelo órgão constitui possível achado de auditoria; o contrato de prestação de serviços firmado entre o órgão e a construtora, os boletins de medição e o cronograma físico-financeiro configuram procedimento de auditoria; os valores pagos e suas respectivas datas, quantitativos físico e percentuais previstos e executados correspondem às fontes de informações; e a análise do cronograma físico-financeiro em confronto com os boletins de medição e pagamentos realizados caracterizam as informações requeridas.

49. As fundações de apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) configuram relevantes instrumentos de suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, encontrando fundamento normativo na Lei nº 8.958/1994 e no Decreto nº 7.423/2010. Este último estabelece que o limite máximo da soma das remunerações, retribuições e bolsas percebidas por docente, em qualquer hipótese, não poderá ultrapassar o maior valor percebido no âmbito do funcionalismo público federal. À luz da correta interpretação desse dispositivo, é correto afirmar que:

A) o teto remuneratório a ser observado corresponde ao subsídio dos ministros do Poder Judiciário, por representar o maior valor pago no âmbito da administração pública federal.

B) a inexistência de normatização interna da universidade acerca dos valores de bolsas autoriza a dispensa de observância do limite legal até que sobrevenha regulamentação específica.

C) não são computadas, para fins de verificação do teto previsto na legislação, as parcelas de natureza indenizatória, incluídas aquelas decorrentes do exercício de função gratificada pelo docente.

D) o controle do limite remuneratório dos valores pagos pelas fundações de apoio, em cotejo com a remuneração dos servidores das IFES, compete às próprias instituições federais de ensino superior.

50. *Situação hipotética:* Auditor de determinada universidade pública, ao concluir auditoria no Departamento X, propôs ao auditor-chefe o encaminhamento do relatório ao Ministério Público Federal, diante de indícios da prática de ato de improbidade administrativa consistente à frustração da licitude de procedimento licitatório com consequente dano ao erário, supostamente envolvendo o diretor do departamento e o reitor da instituição. Considerando a legislação aplicável à improbidade administrativa, a descrição da suposta ilicitude e os agentes apontados no relatório, é correto afirmar que:

A) ambos os agentes poderão ser responsabilizados com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa, desde que comprovada a prática de ato doloso ou culposo tipificado na referida legislação.

B) apenas o reitor da universidade poderá ser responsabilizado com base na Lei de Improbidade Administrativa, por ocupar cargo de direção máxima na instituição, independente da prática de ato doloso ou culposo.

C) ainda que o diretor do departamento não fosse servidor público da universidade, poderia ser responsabilizado nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, desde que comprovada a prática de ato doloso com finalidade ilícita.

D) o auditor não possui competência para enviar o relatório ao Ministério Público Federal em razão de um dos envolvidos se encontrar em nível hierárquico superior a ele. A orientação correta é o encaminhamento à Controladoria-Geral da União no Estado.